

# “É preciso fiscalizar os atos do governo”

Com exceção de Taguatinga que, dentro em breve, deverá contar com diretórios políticos de todos os novos partidos, as demais cidades-satélites brasilienses, como adiantaram os presidentes de suas associações comerciais, encontram-se, no momento, engajadas apenas na luta pela representação política para o Distrito Federal, “como forma de apoio ao movimento iniciado pela ACDF, OAB, IAB e outras entidades representativas da população”, disseram eles.

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Planaltina, Pedro Mendes, “é um absurdo que o Distrito Federal continue marginalizado do processo de representação política, como se os seus habitantes não fossem cidadãos brasileiros”. Segundo ele, Brasília deveria contar com representantes a nível de Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Senado, como também de vereadores para as cidades-satélites, a exemplo do que ocorre em outros estados.

De acordo com o presidente da ACIP, uma representação política para Brasília “eleita pelo povo”, seria um grande passo em todos os sentidos. Salientou ele, ainda, que com isso as Associações comerciais sairiam do papel que não é realmente o delas

“de serem portavozes da comunidade em todos os seus problemas”, disse ele, ressaltando que isso não incomoda a nenhum dos dirigentes de associações de classe, “mas não deixa de ser uma função do poder legislativo.”

## GAMA

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial do Gama, Geraldo Ueber, “todos os brasilienses devem tomar uma posição à respeito da representação política, pois temos uma população das mais politizadas do país e não é justo que fiquemos alijados desse processo”, argumentou. Segundo ele, a representação política para Brasília deveria ser, “por enquanto,” apenas a nível de Câmara e Senado, já que, no seu entender, uma Câmara de Vereadores não teria condições de trabalhar junto às administrações regionais por serem elas, frisou, simples órgãos executores da política do GDF, “a não ser que lutemos pela autonomia das administrações”.

Ressaltou o presidente da ACIG que se faz urgente uma fiscalização dos atos do Governo do Distrito Federal, principalmente na aplicação do dinheiro que recebem. Lembrou ele que muitas vezes o governo procura



IARA ALENCAR

atender às reivindicações da população das cidades-satélites, mas não se julgam na obrigação de atender, “quando a aprovação de projetos por uma câmara representativa farçaria o governo a acatar o que pede a população”, disse ele.

## SOBRADINHO

Alberto Gomes da Silva, presidente da Associação Commercial e industrial de Sobradinho, frisou também a necessidade de fiscalizar os atos do governo, pois segundo ele, a autonomia acaba sempre por

gerir medidas arbitrárias, “por mais honestos que alguns deles procurem ser”. Além disso, argumentou ele que as satélites precisam de porta-vozes autênticos, “a nível de Câmara Federal e Senado, pois raríssimos são os parlamentares que conhecem a realidade das cidades-satélites ou que tenham visitado alguma delas, pelo menos por curiosidade”.

## BRAZLÂNDIA

“Eu seria até candidato por Brazlândia se pudéssemos contar com representação política”, disse o presidente da ACIBRAZ,

Elon Rufino da Silveira. Informou ele ser necessário levar os anseios da população brasiliense aos governantes, através de deputados e senadores. — Aqui em Brasília - argumentou - nós vivemos em uma ditadura, onde o povo nunca é ouvido. Mas temos uma certeza muito grande de que esse problema em breve será sanado, pois toda a população vem se engajando na luta pela representação política, pois, segundo dados oficiais, o índice de analfabetismo em Brasília é dos menores do país, o que de certa forma leva a um grau de politização maior.

## NÚCLEO BANDEIRANTE

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante, Jorge Cauhy, “uma cidade de mais de um milhão de habitantes não pode permanecer alijada das formas de representação política democráticas”. Acentuou ele que não foi no sentido de angariar crédito junto à comunidade que as Associações Comerciais de Brasília por várias vezes, tem se constituído como porta-vozes da população, mas pelo fato de os habitantes do Distrito Federal não terem a quem recorrer na defesa dos seus interesses. Lembrou ele que, no caso do Núcleo Bandeirante, há mais de 20 anos

a população espera por uma rede de esgoto que há um ano se encontra pronta, “sem que os governantes se empenhem em ligar a rede à uma usina de tratamento, quando a população se vê obrigada a pagar altos preços pelo esgotamento de suas fossas ou deixar que os detritos escorram livremente pelas ruas, já que o terreno não os absorve mais”.

## CRUZEIRO

— Faremos todos os esforços para que o projeto de uma representação política para Brasília seja aprovada ainda esse ano, disse o vice-presidente da Associação Comercial do Cruzeiro, José Freitas. Para ele, só mesmo com representantes eleitos pelo povo brasiliense para defender seus interesses, o congresso nacional poderia fazer alguma coisa pelo Distrito Federal, “pois a política também é um jogo onde se entra para ganhar e se os nossos representantes não lutarem por nossos interesses naturalmente não poderão contar com o apoio de quem os elegeu para um próximo pleito”. Esse fato, na opinião de José Freitas, é o que leva os atuais parlamentares a se tornarem indiferentes aos problemas de Brasília, pois são eles eleitos para representarem outras comunidades que não a nossa.